

LEITURAS FOUCAULTIANAS ACERCA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E DA CRIMINALIZAÇÃO DA CRIANÇA

KARLA ROBERTA BRANDÃO DE OLIVEIRA

MANOEL FERNANDES DE SOUSA NETO

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir a apropriação do pensamento de Michel Foucault, realizada por Margareth Rago, Sérgio Adorno e Maria Machado Campos. Sendo analisada a infância no universo do trabalho, a partir da emergência do espaço da fábrica e das diversas instituições e saberes criados para nomear, classificar, normatizar, controlar e punir os que fossem considerados diferentes, inadaptados ou transgressores da ordem que se estabelecia.

Para tanto, o presente texto se divide em duas partes. A primeira visa explicitar a abordagem realizada pelos três autores citados, acerca da infância na sociedade moderna. A segunda tem por perspectiva demonstrar quais as principais categorias foucaultianas trabalhadas por esses autores.

A Infância na Sociedade Moderna

O trabalho infantil foi utilizado em grande escala no processo de industrialização do Brasil. Sendo as crianças expostas a uma exploração maior do que a que era exercida sobre os adultos, traduzidos no trabalho excessivo, na má alimentação, nas condições deploráveis de trabalho e de sobrevivência, nos maus-tratos, nas humilhações etc.

Com o intuito de justificar o emprego de mão-de-obra infantil nas fábricas, os industriais passaram a divulgar as "vantagens" dessa prática, defendendo o trabalho infantil como forma de retirar as crianças do meio promíscuo que seria a rua, o que proporcionaria benefícios tanto de ordem econômica como moral. O trabalho nas fábricas iria preparar essas crianças para uma vida adulta voltada para o trabalho, afastando-as da delinqüência.

Esta ideologia foi amplamente divulgada pela imprensa burguesa, fato retratado, com muita propriedade por Rago

Aos olhos do patronato, a função moralizadora do trabalho justifica a introdução de um vasto contingente de menores nas indústrias, especialmente nas têxteis. O trabalho nesta perspectiva aparece como uma maneira salutar de impedir a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças. (1997, p. 136).

Segundo ela, os industriais afirmavam contar com a participação dos pais nessa prática, e que esta tinha por objetivo ajudar na educação das crianças. Os mesmos se dispunham a aceitar nas suas fábricas, com “benevolência”, também as crianças rebeldes. Eles sugeriam que

[...] ao invés de colônias correcionais, as crianças fossem entregues aos cuidados dos industriais, almas generosas que aceitavam empregar benevolmente crianças de até mesmo cinco anos de idade, garantindo-lhes com um ofício a sobrevivência futura, ao mesmo tempo em que auxiliavam os pais na árdua tarefa de educação dos filhos. (RAGO, 1987, p. 137).

Ainda quanto ao discurso burguês, e sobre a participação dos pais na decisão de empregar os filhos, o trabalho infantil era visto como uma atitude que beneficiaria tanto industriais como operários. Aos primeiros porque seria mais barato e aos segundos porque a renda das crianças ajudaria no orçamento doméstico (RAGO, 1987).

Entretanto, as críticas diante do emprego dos infantes era intensa e os industriais procuravam defender-se da acusação de “desumanidade”, afirmando que esta prática era um ato filantrópico, uma vez que empregavam também crianças que foram “retiradas dos orfanatos, das casas de caridade, dos juizados de menores, onde viviam abandonadas em condições muito mais precárias” (RAGO, 1987, p. 139), ato que, segundo eles, tinha mais um ponto positivo: a redução das despesas do Estado para com estas instituições.

Sobre os serviços e as condições de trabalho dos pequenos, os industriais afirmavam que

[...] Elas só prestam serviços leves e compatíveis com sua idade e forças; além disso é-lhes permitido levarem consigo certos alimentos, como pão, frutas, etc., e, quando querem, a qualquer hora, comer o que consigo leva. [...] É de surpreender ver-se essa pequenada

trabalhar e sempre tenho a impressão que eles o fazem sem grande esforço, impressão esta confirmada pelo modo como é feita a saída, depois do trabalho terminado. É uma verdadeira revoada alegre e gritante que sai à frente dos maiores, correndo e brincando [...] (RAGO, 1987, p. 136).

A imprensa operária, por sua vez, tinha outra versão para o trabalho infantil. E clamou pela proteção da criança em relação ao capitalismo, uma vez que a entendia como ser que necessitava ser amparado pela sociedade.

Sérgio Adorno, assim como outros autores, também reforça a convicção de que o trabalho infantil é explorado de forma mais violenta do que o adulto.

Se, por um lado, não se encontram em condições de oferecer idêntica energia à do trabalhador adulto, o que os coloca em situação de desvantagem, por outro, fragilizados e indefesos suportam com maior dureza as condições adversas de trabalho que marcam a condição de vida trabalhadora dos campos e das cidades. (ADORNO, 1993, p. 191).

Para os jornais da classe operária, o real motivo do amplo emprego da mão-de-obra infantil, como nos assegura Rago (1987), residia no fato desta ser mais barata e mais facilmente explorada e manipulada. O confinamento das crianças no interior das fábricas também serviria como forma de adestrá-las ao trabalho, evitando assim problemas futuros de insubordinação e revoltas. Seria a formação do trabalhador submisso. E explicita a denúncia à crescente substituição da mão-de-obra adulta masculina pela infantil e pela feminina, fato este que chocava-se com a ideologia burguesa de que o emprego infantil iria auxiliar nas despesas domésticas. A intenção na realidade era lucrar cada vez mais, substituindo os pais pelos filhos no interior da fábrica. Este acontecimento deu início a uma campanha pela retirada das crianças das fábricas e pela luta por melhores salários e condições de trabalho para seus pais.

Foi com base nesta bandeira que o Centro Libertário de São Paulo criou em 1917 o "Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores nas Fábricas",

Colocando-se absolutamente contra a exploração do trabalho infantil nas indústrias, o movimento procurava

convencer os pais de que deveriam poupar seus filhos de tamanho sofrimento, em favor do futuro da criança. Assim, em vez de empregar seus filhos nas 'bastilhas industriais', por que não reivindicar, através de um movimento organizado, melhores condições de trabalho e salários mais elevados?. (RAGO, 1987, p. 141).

Apesar de ter como bandeira central a defesa do trabalho adulto masculino, o movimento também procurava defender a integridade "física e moral" da criança e da mulher. As crianças deveriam ir para a escola, preparar-se para a vida adulta, e as mulheres para o lar.

As condições de trabalho às quais eram submetidas as crianças também se apresentavam como ponto de desmistificação da ideologia burguesa, pela imprensa operária.

As energias infantis se atrofiam, a falta de iluminação, a péssima ventilação, o odor fétido exalado pelos gases, óleos, vapores das máquinas e materiais industriais, a impossibilidade de uma boa alimentação, as longas horas de trabalho ininterrupto, tudo favorece a propagação de moléstias perigosas na fábrica, ameaçando dizimar esta geração de pequenos proletários. (RAGO, 1987, p. 138).

Além destas condições precárias de trabalho, que ocasionavam a debilitação da saúde infantil, existiam os maus-tratos sofridos pelas crianças no interior das fábricas: "bofetadas, safanões, espancamentos, insultos, multas, toda sorte de castigos corporais" (RAGO, 1987, p. 137). Foram denunciados também o descaso e a negligência para com os pequenos, o que resultava em mutilações ou até mesmo na morte dos mesmos.

[...] ali trabalhavam crianças de seis a doze anos 'em trabalhos superiores às suas forças e que, muitas vezes inexperientes devido à sua idade, deixam-se fatalmente apanhar pelas máquinas', ou que com medo dos castigos dos contramestres limpavam as máquinas 'com elas em movimento, do que resulta ficarem despedaçados nas engrenagens. (RAGO, 1987, p. 138).

Diante de tanta exploração, foram registrados alguns poucos atos da resistência infantil. Jacob apud Rago (1987, p. 143) relata o "ataque" dos menores ao "contrameste"

que era responsável direto pela fiscalização do trabalho na fábrica.

Os maus-tratos foram tantos e tão freqüentes que, certa noite, as vítimas resolveram vingar-se. Reuniram-se em grupo e acoitaram-se num terreno baldio, localizado no trajeto que Casanova costumava percorrer [...]. Local ótimo para o fim que almejavam: um campo ermo, com as trevas bastantes densas, [...].

Quando perceberam que Casanova se aproximava, cambaleando, sob a ação do álcool, levantaram-se e descarregaram tamanha saraivada de pedras, pedregulhos e cacos de tijolos no gringo, que este se viu impotente e, aturdido e ferido, caiu gemendo com a cabeça rachada [...].

Para Rago (1987), os maus-tratos e a violência sofridas pelas crianças poderia ser atribuída ao seu ímpeto descontraído, brincalhão, o que certamente emperrava a produção e o que a rotina da fábrica teimava em reprimir. Esta situação nos faz supor o quão terrível deve ter sido para estas crianças o exercício desta atividade.

Neste contexto de repressão à infância, incluía-se a constante vigilância dos menores para evitar que os mesmos fugissem sem realizar os seus trabalhos. A passagem abaixo de Jacob apud Rago, expressa bem este fato.

Não havia instalações sanitárias, apenas fossas ou o mato. Onde houvessem latrinas, os meninos, à hora da saída, eram obrigados a limpá-las, isto é, a fazer faxina, como nos quartéis. Para isso, os porteiros não os deixavam sair, antes de cumprida tal obrigação. Muitas vezes os meninos atacavam o porteiro a pedradas e pulavam o muro, fugindo pelos capinzais que circundavam as fábricas. (1987, p. 144).

A fuga das crianças do controle das famílias ou das fábricas, como forma de resistência, acabou por possibilitar o surgimento de uma denominação que buscou aporte na medicina legal. A origem do termo "menor", como sugere Campos (1993, p. 183), servia para dividir a população em duas categorias, "responsáveis e irresponsáveis" baseado no critério do "discernimento moral e do desenvolvimento psicológico". O termo generalizou-se para referir-se às crianças provenientes das camadas pobres da sociedade,

que viviam em situações precárias de existência material, e que tiveram pouco contato com a educação, tornando-se assim "passíveis" da ação "saneadora das instituições policiais de repressão e das instituições de assistência e de reparação social".

A expressão "menor abandonado", por sua vez, sugere a existência de menores sem lar, ou quem cuide deles, abandonados, sem ninguém. Esta denominação traz consigo a idéia de que por terem sido abandonados a responsabilidade é das famílias. Os meios de comunicação e a opinião pública, por sua vez, passam a olhar para este fato por relacioná-lo ao aumento crescente da violência,

[...] o suposto abandono das crianças por parte das famílias passa a ser a explicação aceita para a presença das crianças nas ruas, à qual se associa o problema da delinquência e da criminalidade. (CAMPOS in MARTINS, 1993, p. 118).

Esta ideologia é contestada por Campos apud Martins, uma vez que, apesar da dificuldade de quantificar o número de crianças existente nas ruas,

[...] constata-se que grande parte dessas crianças, aparentemente soltas no mundo, possuem família, mantêm laços com elas e contribuem para o seu sustento. (1993, p. 118).

Campos (1993) apresenta um resumo da trajetória de vida percorrida pelas crianças e adolescentes "de rua". Ela explicita que as primeiras idas à rua, por parte das crianças, se dão em horários fixos "como em qualquer emprego", e a convivência e moradia com a família é mantida. Aos poucos estas crianças vão "espaçando as voltas ao lar" e "adquirindo uma autonomia que as leva a abandonar a casa e a interagir mais intensamente com os grupos da rua". No entanto, este afastamento físico não a impede de continuar a dar assistência financeira a sua família. Assim, o que ele ganha serve para o seu próprio sustento e para auxiliar nas despesas familiares, apesar de já não receber apoio "material" ou afetivo desta. Segundo a autora, esta "ajuda" representava para metade das crianças "50% ou mais do total da renda familiar".

Diante da realidade de utilização do trabalho infantil, em grande escala, tanto no campo como na cidade, a criança tem o seu desenvolvimento bruscamente interrompido, o que ocasiona uma formação incompleta, uma vez que não foi dado a estas o direito de viver as fases necessárias para o seu desenvolvimento. Esta inserção precoce no mundo do trabalho provoca reações diferentes nas crianças, algumas se conformam com a sua condição e outras se tornam arredias, com dificuldade de adaptar-se às instituições, especialmente as escolares, como bem explica Adorno

[...] nem todas as crianças condicionadas ao mundo do trabalho disciplinado ou do trabalho no setor informal da economia reagem do mesmo modo a essa socialização incompleta. Muitas resignam-se diante do seu destino. Aceitam as regras do mundo adulto e perseguem sua trajetória de trabalhadores obedientes. Outras manifestam comportamento arredo, indisciplinado, incompatível com a lógica de funcionamento das instituições encarregadas de introduzir corretivos e ajustes às desigualdades sociais. (1993, p. 193).

Adorno afirma também que “não há uma correlação mecânica e imediata entre pobreza e delinqüência.” (1993, p. 193), uma vez que a maioria da população pobre infantil segue o caminho do trabalho assalariado, e que a delinqüência se apresenta para uma pequena parte desta população.

O estudo de Adorno foi feito em instituições punitivas, especialmente em penitenciárias, e baseou-se em trabalho com os detentos, tentando resgatar a história da infância de cada um para descobrir as possíveis causas do ingresso no mundo do crime. Segundo ele, “Não há uma trajetória típica que derive para a delinqüência”, ou seja, não há uma causa única que leve a criança para esta prática. Apesar da existência de “certas tendências na literatura” que

[...] elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalização, a intermitência no trabalho como estímulos à construção de uma carreira no crime. (ADORNO, 1993, 182).

É do final do século XIX e início do XX que data o surgimento das instituições que têm como objetivo refor-

mar social e moralmente indivíduos específicos da sociedade. Estas instituições deveriam seguir princípios provenientes da psicologia, psiquiatria e pedagogia.

Para a implantação destas instituições, foi feita uma classificação dos "problemas" a serem tratados pelo Estado e a correlação com a instituição mais adequada para tal fim.

[...] (a) para os idiotas e imbecis profundos, os asilos privados; (b) para os indisciplinados, delinqüentes, tarados, pervertidos e perversos, os reformatórios; (c) para os surdos, míopes e cegos, escolas especiais; (d) para os débeis, colônias agrícolas com orientação profissional; (e) para os tuberculosos, pré-tuberculosos, sífilíticos, cardíacos, sanatórios ou hospitais adequados; (f) para os extraviados sexuais, colônias de trabalho; (g) retardados e anormais de boa índole, aproveitamento em emprego adequado. (ADORNO, 1993, p. 182).

Adorno (1993) critica a classificação das pessoas que não se adequavam aos padrões ditados pela sociedade e o seu confinamento em instituições, isolando-as do mundo. Para ele, o governo deveria, ao invés de implantar estas instituições, criar condições para que a criança tivesse "o direito à infância".

Segundo o autor, as crianças carentes eram punidas duas vezes. A primeira na sua existência material, por serem privadas de alimentação, moradia e vestuário de boa qualidade e do seu desenvolvimento infantil, no privamento da sua infância pelo mundo do trabalho, sendo-lhes roubado o direito de brincar e estudar. A segunda se refletia nas instituições governamentais que insistiam em punir os diferentes, encarando-os como adultos e aplicando-lhes pena sobre um delito social ou criminal e marcando-os para sempre.

É através da "rotina policial" que os menores são encaminhados para as "agências de contenção e controle", nestas "rotinas" são recolhidos qualquer um com aparência suspeita e os menores que se encontram na rua, delinqüentes ou não são considerados suspeitos.

Adorno nos fala da intransigência e da violência no interior destas instituições que deveriam cumprir o papel de "recuperar" o menor.

O contato com as agências de controle da ordem pública resulta, não raro, em constrangimentos e intimidações de várias ordens, que compreendem a corrupção, maus-tratos, tortura, a fraude de testemunhas e de provas, a imputação injusta de delitos, o uso de outras crianças e adultos delinquentes como forma de intimidação. (1993, p. 203).

O contato com as agências policiais também proporciona ao menor o aprendizado sobre as regras do mundo do crime, sua organização e conseqüentemente a maneira de burlar a ação policial.

Os contatos iniciais, esporádicos, vão aos poucos se tornando sistemáticos, não resultam senão de um adestramento onde crianças e jovens delinquentes afirmam sua capacidade de resistir ao medo e à violência, adestramento que os torna tão adaptados a um cotidiano de horrores e de humilhações, ao qual não suportariam cidadãos comuns. (ADORNO, 1993, p. 203).

Os freqüentes recolhimentos a estas instituições acabam por edificar o "menor" como criminoso, por sofrerem violência física, humilhações e constrangimentos que, pela freqüência com que se repetem, acabam por fazer com que eles se acostumem, ou como diz o autor se "adestrem".

Categorias Foucaultianas Utilizadas

As análises empreendidas por Margareth Rago, Sérgio Adorno e Maria Machado Campos, se assentam sobre categorias elaboradas por Michel Foucault. A interpretação da sociedade burguesa é realizada a partir da elaboração dos saberes médicos e do aparecimento das instituições com o fito de controlar o corpo, estabelecer normas, isolar e punir os diferentes e inadaptáveis à ordem. Em efeito, os autores acentuam aquilo que delineava práticas discursivas.

As práticas discursivas não são puras e simplesmente modos de fabricação do discurso. Elas tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm. (FOUCAULT apud CASTRO, 2004, p. 94, tradução nossa).

Dentre as práticas discursivas, está a separação entre a criança e o "menor", em um esquema que visa controlar aqueles que devem ser educados para a disciplina no interior da fábrica ou, em se recusando a fazê-lo, no âmbito das instituições correcionais do Estado, tais como: orfanatos, asilos e prisões.

Em realidade,

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar'; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. (FOUCAULT, 1999, p. 143).

Este processo se exerce em espaços onde se pode concretizar aquilo que Foucault (1999) denominou "Panóptico" a partir de Bentham. O desenho arquitetural em que é possível ver, ao mesmo tempo, todos aqueles que, para serem controlados, foram dispostos em condições de serem sempre visíveis.

Assim, desde as fábricas, as ruas, as instituições educacionais e prisionais, as crianças transformadas em "menores" estariam plenamente disponíveis, ou singularmente visíveis, para o pleno exercício de controle do Estado e aplicação das punições previstas no estabelecimento da ordem.

[...] o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcionam num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.). (FOUCAULT, 1999, p. 165).

O mais importante em Foucault, entretanto, é que o poder exercido pela norma, não está na compreensão desta como sendo o mero exercício da lei, mas na realização de uma operação sutil de interiorização das regras pelos indivíduos.

Para Foucault, em sua forma moderna o poder se exerce cada vez mais em um domínio que não é o da lei,

mas sim o da norma, e, por outro lado, não simplesmente reprime uma individualidade ou uma natureza já dada, mas positivamente a constitui, a forma. (CASTRO, 2004, p. 250, tradução nossa).

É neste sentido que a produção de um discurso sobre a delinqüência – que encontraria na categoria “menor” o suporte de uma ideologia que, ao mesmo tempo, classifica e pune, ou classifica para punir – encontra na interiorização discursiva, e em sua aceitação como válida pela sociedade, a constituição de instituições capazes de levar a cabo o controle social sobre as crianças.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Infância abandonada: o piedoso disfarce do trabalho precoce. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulário de Michel Foucault: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.